

Reynaldo Soares da Fonseca
Daniel Castro Gomes da Costa
Coordenadores



Prefácio
Luiz Fux

DIREITO REGULATÓRIO

Desafios e perspectivas para a Administração Pública

Belo Horizonte

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO
2020

3508 (8)
D5982

© 2020 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

1160944

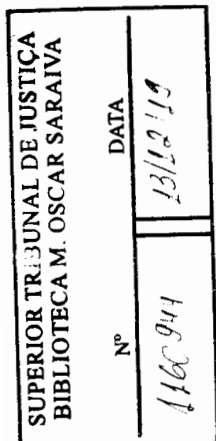
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

D598	Direito regulatório: desafios e perspectivas para a Administração Pública / Reynaldo Soares da Fonseca, Daniel Castro Gomes da Costa (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2020. 525 p.; 17cm x 24cm ISBN: 978-85-450-0719-7
	1. Direito Administrativo. 2. Direito Público. 3. Direito Regulatório. I. Fonseca, Reynaldo Soares da. II. Costa, Daniel Castro Gomes da. III. Título.
	CDD: 341.3782 CDU: 346.5:65

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FONSECA, Reynaldo Soares da; COSTA, Daniel Castro Gomes da (Coord.). *Direito regulatório: desafios e perspectivas para a Administração Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 525 p. ISBN 978-85-450-0719-7.



SUMÁRIO

PREFÁCIO

Luiz Fux	17
-----------------------	----

REGIME DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA EM ÂMBITO FINANCEIRO

Reynaldo Soares da Fonseca, Rafael Campos Soares da Fonseca, Leonardo Campos

Soares da Fonseca	19
1 Introdução.....	19
2 Trajetória institucional de controle ao endividamento dos Estados Federados.....	20
3 Estado de calamidade financeira e seus efeitos jurídicos nas esferas administrativa e financeira.....	26
4 Conclusões.....	32
Referências.....	35

OS IMPACTOS DA LEI ANTICORRUPÇÃO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Daniel Castro Gomes da Costa	37
1 Introdução.....	37
2 Contratações públicas no Brasil.....	39
3 Lei Anticorrupção.....	41
3.1 Aspectos sancionatórios.....	42
3.2 Questões atinentes à prevenção e à cooperação.....	44
4 A Lei Anticorrupção como instrumento de combate à corrupção.....	47
4.1 Prováveis dificuldades nas disposições da lei.....	47
4.2 Aplicação da Lei Anticorrupção.....	50
5 Conclusão.....	51
Referências.....	52

JUSTIÇA E SEGURANÇA NORMATIVA À LUZ DE APERFEIÇOAMENTOS NO PROCESSO REGULATÓRIO

Luiz Edson Fachin, Fernando Quadros da Silva	55
1 Os impactos na atividade regulatória: a nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e a Lei nº 13.848, de 26 de junho de 2019.....	55
2 Regulação por agências e a amplitude de seu controle pelo Judiciário.....	56
3 Aperfeiçoamento no processo decisório das agências.....	60
4 A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) e possíveis efeitos na atuação regulatória.....	63
4.1 A Nova LINDB e seu reflexo na interpretação dos atos do Poder Público.....	64

4.2	O dever judicial de fundamentar e ponderar os efeitos das decisões	66
5	Algumas conclusões	66
	Referências.....	67

REGULAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES E A CONSTRUÇÃO DO DIREITO DOS CONSUMIDORES EM CONTRAPOSIÇÃO AO CONCEITO DE USUÁRIOS

Humberto Martins	69	
1	Introdução	69
2	O Direito das Telecomunicações como construção doutrinária	71
3	A relação do Direito das Telecomunicações com o Direito do Consumidor	75
4	A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e a afirmação do usuário de telecomunicações como consumidor.....	78
4.1	O Direito do Consumidor e o detalhamento do PIS e da COFINS nas faturas de serviços telecomunicações	79
4.2	A legitimidade passiva, ou não, da ANATEL e a legalidade da assinatura básica ...	81
5	Conclusão: a reestruturação da Agência Nacional de Telecomunicações e o reconhecimento do conceito de consumidor em detrimento do conceito de usuário	85
	Referências.....	86

REGULAÇÃO E “NUDGE”: COMO A ECONOMIA COMPORTAMENTAL (BEHAVIORAL ECONOMICS) PODE INFLUENCIAR POLÍTICAS REGULATÓRIAS?

Luiz Fux, Gabriel Campos Soares da Fonseca	89	
1	Introdução	89
2	<i>Behavioral economics</i> : origens e desenvolvimento.....	91
2.1	Contextualização histórica.....	91
2.2	Definição conceitual.....	95
3	<i>Nudge</i> , arquitetura de escolhas e o paternalismo libertário: perspectivas da economia comportamental para a regulação	96
3.1	<i>Nudge</i> e paternalismo libertário	97
3.2	Regulação, arquitetura de escolhas e economia comportamental	98
3.3	Regras padrão (<i>default rules</i>) e inércia: dois exemplos	101
4	Considerações finais	102
	Referências.....	104

OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DE MÉTODO ALTERNATIVO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS EM RAZÃO DO CONFLITO DE INTERESSES NO ÂMBITO DA ATIVIDADE NORMATIVA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: BREVE ESTUDO ENVOLVENDO AS UHE DE JAGUARÁ, MIRANDA E SÃO SIMÃO

Mauro Luiz Campbell Marques	107	
1	Introdução	107
2	Conceito de arbitragem	109
3	A arbitragem no setor público.....	110

4	As esferas pública e privada no Estado Regulador.....	112
5	Os limites da arbitragem em contrato administrativo: o caso CEMIG	114
6	A Câmara de Mediação e Arbitragem da Administração Federal: arbitragem ou arbitramento?.....	116
7	Conclusão.....	118
	Referências.....	119

PERFIL CONSTITUCIONAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Ives Gandra da Silva Martins	121
1 Introdução	121
2 Previsão constitucional taxativa e o poder normativo.....	121
3 Da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel	122
4 Da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.....	126
5 Conclusão	130

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: REGULAÇÃO

Paulo Dias de Moura Ribeiro	133
1 Apresentação	133
2 Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	133
3 Desafios da Lei Geral de Proteção de Dados	134
4 Os direitos da personalidade precisam ser protegidos	134
5 As revoluções, a cidadania e a personalidade	135
6 Conclusão	136
Referências.....	136

AGÊNCIAS REGULADORAS: NOTAS SOBRE OS CONTORNOS E OS LIMITES DA FUNÇÃO NORMATIVA NO ÂMBITO DA REGULAÇÃO SANITÁRIA

Rosa Maria Pires Weber	139
1 Introdução	139
2 Regulação setorial e competência normativa.....	140
3 Regulação e regulamentação: distinções necessárias.....	143
4 O princípio da legalidade na regulação setorial.....	144
5 Limites materiais do poder normativo	146
6 A cláusula constitucional do direito à saúde	150
7 Uma palavra final sobre a restrição de direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito	154
Referências.....	154

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE E A TRANSPARÊNCIA NA NOVA LEI GERAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS: O PRESTÍGIO À BOA ADMINISTRAÇÃO

Sérgio Silveira Banhos	157
1 Notas de introdução	157
2 Boa administração, participação da sociedade e transparência	158

3	As soluções trazidas pela novel legislação	166
4	Conclusão	168
	Referências.....	168

INTERVENÇÃO JUDICIAL E POLÍTICAS REGULATÓRIAS: POR UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL

Pedro Felipe de Oliveira Santos, Gabriel Campos Soares da Fonseca	171	
1	Introdução	171
2	O Estado regulador e a construção de uma Administração Pública complexa	173
3	Intervenções judiciais em políticas regulatórias.....	177
4	Considerações finais	184
	Referências.....	184

REGULAÇÃO ESTATAL E PROMOÇÃO DA ATIVIDADE DE INOVAÇÃO

Vítor Monteiro	189	
1	Introdução	189
2	Inovação e regulação da inovação	190
3	Atividade econômica, regulação e inovação	190
4	Os estímulos da regulação e a atividade de inovação	192
4.1	É possível que a regulação promova a inovação?	193
4.2	Programa “Legislar Melhor” da União Europeia e a promoção da inovação pela regulação	196
5	Conclusão	200
	Referências.....	201

A MODIFICAÇÃO CONSENSUAL DE CONTRATOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA E A COMPETÊNCIA REGULATÓRIA DA ANEEL

Marçal Justen Filho	203	
1	Os contratos de compra e venda de energia elétrica.....	203
1.1	O exercício da autonomia de vontade.....	204
1.2	A regulação exacerbada: o “ambiente regulado”	204
1.2.1	Ainda o princípio da legalidade	204
1.2.2	A autonomia privada na fixação do preço da energia.....	204
2	A problemática da contratação excessiva pela distribuidora	204
2.1	O dever de contratação suficiente.....	204
2.1.1	A variação da demanda efetiva.....	205
2.1.2	A questão da sobrecontratação	205
2.2	A distribuição dos custos	205
2.2.1	A inviabilidade da atribuição exclusiva ao agente de distribuição	205
2.2.2	A inviabilidade da atribuição exclusiva aos consumidores.....	206
2.2.3	A solução regulatória: a limitação do repasse à tarifa	206
2.2.4	A eventual sobrecontratação superior a 105%.....	206
3	O poder-dever de redução dos quantitativos	207

3.1	Ainda a autonomia da vontade dos agentes privados	207
3.1.1	O interesse direto do agente de distribuição.....	207
3.1.2	O interesse dos consumidores.....	207
3.1.3	Ainda a relevância transcendente do bem jurídico.....	207
4	A intervenção regulatória da ANEEL	208
5	O primeiro problema fundamental: a legalidade.....	208
5.1	A regulação estatal e a legalidade.....	208
5.1.1	A afirmação da competência estatal regulatória	209
5.1.2	A preservação da exigência da legalidade	209
5.1.3	A competência normativa das agências reguladoras.....	209
5.1.4	A competência subordinada à previsão legislativa.....	209
5.2	O argumento da competência normativa da ANEEL	210
5.2.1	As limitações constitucionais à competência infralegislativa.....	210
5.2.2	A existência de um “princípio da normatividade”	210
5.2.3	Ainda a democracia	211
5.2.4	Ainda a segurança jurídica	211
5.2.5	Ainda a isonomia	212
6	O obstáculo da natureza consensual do contrato.....	212
6.1	A contratação e seus efeitos vinculantes.....	212
6.2	A natureza bilateral do contrato e da alteração contratual.....	212
6.3	A inviabilidade da escolha unilateral do agente de distribuição.....	212
6.4	A legitimidade da oposição dos vendedores	212
6.5	O entendimento da ANEEL e seus efeitos concretos	213
6.5.1	Ainda a autonomia privada.....	213
6.5.2	Ainda o dever de redução da contratação excessiva	213
6.5.3	Ainda a exigência de concordância do vendedor.....	213
6.6	Síntese	213
7	A questão do registro e da aprovação de contratos	214
7.1	A situação anterior: a distinção entre registro e aprovação	214
7.1.1	A REN 323/2008.....	214
7.1.2	A REN 783/2017.....	215
7.2	O conteúdo jurídico da distinção: a competência administrativa.....	215
7.2.1	A aprovação	215
7.2.2	O registro.....	215
7.3	A posição jurídica dos particulares	216
7.3.1	O registro e a suficiência da vontade privada.....	216
7.3.2	A aprovação e a insuficiência da vontade privada.....	216
7.3.3	Síntese	216
7.4	A aplicação retroativa da REN 783/2017.....	217
7.4.1	A determinação do art. 23 da REN 783/2017.....	217
7.4.2	A rejeição à aprovação de aditivos de redução de quantitativos.....	217
7.5	Ainda a vedação à irretroatividade da norma posterior	217
7.5.1	A aplicação a normas infralegais	217

7.5.2	A tutela constitucional à segurança jurídica	218
7.6	Efeito imediato e efeito retroativo da norma superveniente	218
7.6.1	A preservação dos efeitos dos atos pretéritos	218
7.6.2	A aplicação da norma contemporânea.....	218
7.7	O descabimento da tese inovação meramente procedimental	219
7.7.1	A questão do efeito imediato das normas sobre procedimento.....	219
7.7.2	Os atos processuais perfeitos e os direitos processuais adquiridos.....	219
7.7.3	A tese jurídica indefensável.....	220
7.8	A disciplina dos contratos de comercialização de energia.....	220
7.8.1	A competência regulatória estatal	220
7.8.2	A alteração superveniente da regulação.....	220
8	Conclusões	221
	Referências.....	221

REGULAÇÃO JURÍDICA DE ATIVIDADE PÚBLICO-ADMINISTRATIVA

Benedito Gonçalves, Ana Lucia Preto Pereira	223	
1	Regulação: apontamentos conceituais	223
1.1	Regulação jurídica da atividade econômica	223
1.2	Regulação jurídica da atividade público-administrativa	225
1.3	Regulação estatal judicial.....	226
2	Regulação jurídica de atividade público-administrativa e o papel do Superior Tribunal de Justiça	227
2.1	Apontamentos preliminares.....	227
2.2	Regulação jurídica e o Superior Tribunal de Justiça	228
	Referências.....	236

A REGULAÇÃO DA ECONOMIA COLABORATIVA PELA UNIÃO EUROPEIA

Nuno Cunha Rodrigues	239	
1	Precisão terminológica	239
2	A atividade exercida por plataformas colaborativas	240
3	A regulação de plataformas colaborativas pela União Europeia	245
4	A aplicação do Direito da Concorrência às plataformas colaborativas.....	248
5	Conclusões	251
	Referências.....	252

REGULAÇÃO E POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Gabriel Wedy	255	
1	Introdução	255
2	Regulação e Política Nacional do Meio Ambiente	255
3	Órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.....	257
4	Dever de implementação ambiental por outros órgãos e entidades da Administração Pública e o papel das agências reguladoras.....	258
5	Conselho Nacional do Meio Ambiente: composição, funções e poder normativo....	260

6	Órgãos executores, seccionais e locais	262
7	Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	264
8	Regulação ambiental e poder de polícia ambiental	264
9	Taxa de controle e fiscalização ambiental.....	267
10	Conclusão.....	269
	Referências.....	269

ATOS ADMINISTRATIVOS REGULATÓRIOS E O PAPEL DA ANATEL NA PROTEÇÃO DA CONCORRÊNCIA

	Alexandre Santos de Aragão	271
1	O poder regulatório outorgado à ANATEL e a proteção da concorrência	271
2	Consequências da natureza de ato administrativo regulatório.....	276
3	Preferência às soluções inter partes	279
	Referências.....	281

REGULAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS. UM ENSAIO SOBRE ANTIGOS IMPASSES E DESAFIOS ATUAIS

	Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho	285
1	Introdução	285
2	Regulação e (novas) tecnologias: contexto	286
3	Impasses	288
3.1	Fundamento da ação administrativa: o Estado ou a pessoa?	288
3.2	Como regular aplicando a lei?.....	290
3.3	O processo de tomada de decisão interessa ao Direito?.....	292
3.4	Entre o agir unilateral e o diálogo – qual técnica é a mais eficiente para estimular/ dobrar a vontade humana em torno de pautas relevantes para o coletivo?.....	295
3.5	Potenciais conflitos de competência entre os entes da federação: da prerrogativa à função.....	297
4	Regulação e novas tecnologias: desafios.....	298
5	Conclusão	301
	Referências.....	302

ARBITRAGEM EM QUESTÕES REGULATÓRIAS: POSSIBILIDADES, LIMITES E CRITÉRIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

	Octávio Fragata M. de Barros, Patrícia Regina Pinheiro Sampaio	307
1	Introdução	307
2	Nem tudo o que reluz é ouro: nem tudo que se pretende “arbitragem” efetivamente o é.....	309
3	O que são controvérsias passíveis de resolução por arbitragem em questões regulatórias	314
4	O princípio da publicidade e a tensão com privacidade das informações.....	319
5	Conclusão	322
	Referências.....	323

NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGULAÇÃO NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO

Fernando Dias Menezes de Almeida, Karlin Olbertz Niebuhr, Guilherme F. Dias

Reisdorfer	325
1 Introdução	325
2 A questão terminológica	326
3 Ainda a questão terminológica: regulamentação	328
4 Regulação no ordenamento jurídico brasileiro	329
4.1 Constituição Federal, art. 174	330
4.2 Constituição Federal, art. 21, XI e art. 177, §2º, III	331
4.3 Leis de criação das agências reguladoras	333
4.4 A legislação a partir de 2005 (a Lei de Saneamento)	335
5 Regulação na visão da doutrina	337
5.1 Doutrina brasileira até o ano de 2005	337
5.2 A doutrina brasileira após 2005	343
6 Conclusão	346

REGULAÇÃO ESTATAL DA ECONOMIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DA RESOLUÇÃO Nº 787/2017 DA ANEEL

Carolina Caiado Lima Rodrigues	349
1 Introdução	349
2 Regulação estatal da economia	350
3 A governança corporativa e sua interface com o Direito Administrativo	354
4 Análise da Resolução 787	358
5 Conclusão	361
Referências	362

A LEGITIMIDADE DO PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Néviton Guedes	365
1 Introdução	365
2 As agências reguladoras e a separação de poderes	365
3 Problemas de legitimidade das agências reguladoras e a separação de poderes	368
4 O princípio da legalidade e a legitimação das agências reguladoras	371
5 Caso brasileiro	374
Referências	377

REGULAÇÃO PREVENTIVA E PLANEJAMENTO REGULATÓRIO

Aline Bertolin	379
1 Introdução	379
2 Serviços de interesse geral, polícia administrativa, plano econômico e regulação ...	381
3 O moderno planejamento econômico sob os auspícios do direito & desenvolvimento	383
4 Regulação: função do Estado e missão do Poder Público	385
5 Regulação preventiva	387

6	Considerações finais	389
	Referências.....	390

FINTECHS (LUZ PARA OS DESBANCARIZADOS) E O DESAFIO DE UMA REGULÇÃO INCLUSIVA

	Carlos Vinícius Alves Ribeiro, Ludmilla Rocha Cunha Ribeiro	393
1	As rupturas dos últimos 30 anos.....	393
2	Inovações no campo econômico.....	394
3	As brechas de legalidade e as pressões regulatórias.....	395
4	Os riscos regulatórios	396
5	Regular é preciso?	397
6	Como regular as <i>fintechs</i> ?	398
	Referências.....	399

A REGULÇÃO NA ERA DIGITAL: PRESSUPOSTOS E DIVERGÊNCIAS NO BRASIL

	André Ramos Tavares.....	401
1	Notas introdutórias.....	401
2	Desenvolvimento e tecnologia	404
3	O papel da revolução tecnológica em economias atrasadas.....	405
4	Ambiente jurídico propício à inovação.....	407
5	A divergência centro-periferia no viés normativo da economia digital	410
6	O “uso subdesenvolvido de tecnologias desenvolvidas”	412
7	A tecnologia tutelada e a liberdade tecnológica na Constituição de 1988.....	413
7.1	Mercado interno brasileiro com autonomia tecnológica.....	415
7.2	A livre-iniciativa tecnológica.....	416
7.3	Uso de tecnologia e seus diversos mercados	417
8	Conclusões	419
	Referências.....	419

TEMAS DE DIREITO DE ENERGIA À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E DOS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO

	Kassio Nunes Marques	421
1	Introdução	421
2	Temas de relevância apreciados na Terceira Seção do TRF1	421
3	Temas controversos referentes à geração, transmissão e comercialização de energia.....	423
3.1	Redução do Generation Scaling Factor – GSF em 5% – 1ª Geração.....	423
3.2	A blindagem do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – 2ª Geração.....	427
3.3	Blindagem no Mercado de Curto Prazo – MCP – 3ª geração	429
3.4	A tese da proporcionalidade no pagamento dos créditos no MCP – 4ª geração.....	430
4	Outros temas afetos ao Sistema Nacional de Energia.....	431
4.1	Mercado cativo de energia elétrica e venda em submercados diversos	431

5	Processo civil – conciliação, mediação e arbitragem – utilização efetiva na solução de conflitos de interesse de elevado nível de complexidade	434
6	Efeito multiplicador das decisões judiciais – aplicação dos princípios da análise econômica do direito	436
7	Considerações finais	439

É O MOMENTO DE REGULAR O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO?

Fernanda de Carvalho Lage, Fabiano Hartmann Peixoto	441
1 Inteligência artificial e Poder Judiciário.....	441
2 A questão da regulação do uso da inteligência artificial no Poder Judiciário	445
3 Considerações finais	451
Referências.....	451

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) E O CONTROLE DA ATIVIDADE REGULATÓRIA

Flávio Garcia Cabral	455
1 Introdução	455
2 O Tribunal de Contas da União como órgão de controle.....	456
2.1 A posição do TCU frente aos poderes estatais.....	459
2.2 A função de controle do TCU como função administrativa	461
3 A atividade regulatória no Brasil.....	465
4 O controle pelo TCU e a regulação: é possível o controle finalístico?	466
5 Conclusões	472
Referências.....	473

A (NECESSÁRIA) DESPOLITIZAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Tarcisio Vieira de Carvalho Neto	477
1 Problematização	477
2 O mito da neutralidade política da decisão administrativa.....	477
3 Impessoalidade administrativa como ação e como organização administrativa	480
4 Impessoalidade administrativa e agências reguladoras.....	484
5 Considerações finais	487
Referências.....	489

A GOVERNANÇA NAS AGÊNCIAS REGULADORAS: UMA PROPOSTA PARA O CASO DE VACÂNCIA

Bruno Dantas, Valdecyr Maciel Gomes	491
1 Introdução	491
2 As atribuições do TCU	492
3 Componentes essenciais da governança.....	496
4 Os resultados dos trabalhos de fiscalização do TCU nas agências.....	497
4.1 Estratégia organizacional.....	497

4.2	Autonomia decisória.....	498
4.3	A estabilidade da diretoria	499
4.4	Conflito de interesse	502
4.5	A transparência.....	503
4.6	Política de gestão de riscos	504
4.7	Análise do impacto regulatório.....	504
4.8	A autonomia financeira das agências.....	505
5	Parecer do TCU sobre a governança das agências	505
6	Conclusão: uma proposta para o caso de vacância	506
	Referências.....	507

LIMITES DA FUNÇÃO NORMATIVA DAS ENTIDADES DE REGULAÇÃO:
BALIZAMENTOS CONSTITUCIONAIS E A ÓPTICA DO SUPREMO

Marco Aurélio Mello	509
Referências.....	520
SOBRE OS AUTORES	521